



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 819/2022

PREÂMBULO

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN, por meio do (a) Pregoeiro designado pela portaria nº 85 de 04 de fevereiro de 2020, sediado (a) na **Praça Desembargador Tomaz Salustino, 90, Centro, Currais Novos/RN, CEP: 59.380-000**, realizará licitação para registro de preço, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço global (menor taxa de administração)**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 15 de março de 2022.

Horário: 09h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **registro de preço para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento eletrônico, controle e aquisição de combustíveis (gasolina, diesel comum e diesel S10)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço global (**menor taxa de administração**), observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. Em qualquer etapa do presente certame e durante a execução do fornecimento, havendo divergência entre a descrição de itens constante do Catálogo de Material (CATMAT) na “relação de itens” gerada automaticamente pelo Comprasnet ou na nota de empenho e a do Termo de Referência, prevalecerá sempre a descrição do Termo de Referência.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participante, bem como a eventuais adesões são as que contam da Minuta de Ata de Registro de Preço.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.



3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8. **Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.**

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário da prestação do serviço. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.2. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o valor global do item, já consideradas e inclusas todas as despesas: imposto, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, já deduzido os abatimentos eventualmente concedidos.

6.1.3. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o VALOR ESTIMADO COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, já considerados e inclusos todos os tributos, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

6.1.4. A licitante deverá r

6.1.5. Registrar no campo descrição complementar a TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PROPOSTA, assim como outras informações, caso necessário.

6.2. Não serão aceitas propostas que indiquem quantidades inferior aquelas indicadas no Termo de Referência (anexo I);

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham



vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

7.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

7.14.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. O Critério de julgamento adotado será o menor preço **global (menor taxa de administração)**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na



ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.28.1. No país;

7.28.2. Por empresas brasileiras;

7.28.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.28.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.



8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

8.7. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.8. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.9. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.10. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

8.10.1.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.10.1.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.10.1.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.10.1.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.10.1.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.10.1.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez.) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.10.1.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.12. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.13. O Pregoeiro poderá solicitar parecer técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão;

8.14. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.14.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.



8.14.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.15. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Consulta ao sistema de Certidões da Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br>), ou Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas sob pena de inabilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.5. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.5.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.5.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, conforme contrato social ou administrador eleito para tal fim não sócio;

9.5.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.5.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, conforme contrato social ou administrador eleito para tal fim não sócio;

9.5.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; documento do diretor ou presidente eleito;

9.5.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.5.7.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.6. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

9.6.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.6.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.6.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.6.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual do domicílio ou sede** do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.6.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal do domicílio ou sede** do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.7.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.7.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social dentro da sua validade de apresentação para fins de licitação (até 30 de abril) devidamente registrado no Órgão competente, contendo os Termos de Abertura e Encerramento do seu respectivo Livro Diário, nos termos da legislação em vigor, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e o contador ou técnico de contabilidade responsável. Para as empresas obrigadas ao envio da Escrituração Contábil Digital (SPED Contábil), as informações ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, dentro dos seus prazos de obrigatoriedade (até o último dia útil do mês de maio).

9.7.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro.

9.7.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência ou o balanço de abertura;

9.7.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.7.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.7.2.5. Compreende as demonstrações contábeis mencionadas na cláusula 9.7.2 a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração de Lucro e Prejuízo Acumulados (DLPA), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Notas Explicativa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

9.7.2.6. As Empresas ME e EPP, optantes pela forma simplificadas de escrituração contábil, regulamentados pela ITG 1000 (Resolução nº 1.418/2012 – CFC), deverão apresentar as demonstrações contábeis mencionadas na cláusula 9.7.2: Balanço Patrimonial, DRE e Nota Explicativa.

9.7.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.7.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 2% (dois por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.8. O licitante enquadrado como MEI (Microempreendedor Individual) poderá apresentar o Relatório de Receitas Brutas do último exercício financeiro em substituição ao Balanço Patrimonial.

9.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.9.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.10. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

9.10.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.10.2. Caso a data de validade não conste na certidão, entende-se que a mesma tem validade de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de emissão.

9.10.3. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.10.4. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

9.10.5.A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.10.6.Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.10.7.Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.10.8.Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.10.9.Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.1.3. Especificações detalhada do objeto, com indicação do valor global, já com a aplicação da taxa de administração;

10.1.4. Indicar o percentual da menor taxa de administração sobre o valor total estimado;

10.1.5. Ofertar o valor da taxa de administração em algarismo e por extenso devendo prevalecer no caso de dissenso o por extenso sobre o numérico;

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.2.2. Se houver discrepância entre os valores unitários e totais constantes na proposta de preço escrita e aqueles registrados no site www.comprasgovernamentais.gov.br, prevalecerão como válidos estes últimos.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).



10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.



Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo (s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do (s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

11. O TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o



caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

14.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

14.4 O prazo de vigência da contratação é da sua data de assinatura até a data de 31 de dezembro, prorrogável na forma da lei.

14.5 Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

15. DO REAJUSTE

14.1 O preço proposto é fixo e irrevogável por um período de até 12 (meses), salvo em caso de procedimento de reavaliação devidamente instituído conforme os princípios legais que norteiam esta matéria.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1. Os Bens serão recebidos:

16.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

16.1.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

16.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.



16.4. Durante a vigência da Ata, sua execução será acompanhada e fiscalizada por Servidores designados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO PARTICIPANTE.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO

18.1. Havendo disponibilidade financeira e cumpridas as formalidades, o Município de Currais Novos efetuará o pagamento das faturas em até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto na nota fiscal ou documento equivalente, conforme art. 12, Inciso II, da Resolução 032/2016 – TCE.

18.2. As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento começara a fluir da data de sua reapresentação.

18.3. É condição para o pagamento do valor constante na Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de prova de regularidade: com a Fazenda Federal (a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual (Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de negativa), municipal (Certidão Negativa de Tributos Municipais), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com o Tribunal Superior do Trabalho (Certidão de Débitos Trabalhistas).

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2. Apresentar documentação falsa;

19.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5. Não mantiver a proposta;

19.1.6. Cometer fraude fiscal;

19.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

19.1.8. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

19.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

19.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

19.4.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Currais Novos - RN;

19.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

19.4.3.

19.4.4. Multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor do fornecimento realizado com atraso até o 10º (décimo) dia corrido, após o que, cumulativamente, aplicar-se-á a multa prevista.

19.4.5.- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Pedido de Compra, na hipótese de descumprimento parcial ou total de qualquer de suas cláusulas, podendo, ainda, ser rescindido o CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇO na forma da lei;

19.4.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do CONTRATO/ATA pela recusa injusta do convocado em assinar a CONTRATO/ATA, aceitar ou retirar o instrumento.

19.4.7. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.4.8. Impedimento de licitar e de contratar com a Prefeitura Município Currais Novos/RN e de descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.4.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



19.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20. DAS COMUNICAÇÕES OFICIAIS

20.1. A Empresa Licitante deverá fornecer junto a Proposta de Preço endereço eletrônico válido para a realização das comunicações oficiais:

20.2. Todas as comunicações oficiais oriundas deste Processo serão realizadas por meio do endereço eletrônico fornecido na Proposta e pela Imprensa Oficial.

20.3. Considerar-se-ão realizadas as notificações feitas no endereço eletrônico sempre que no prazo de 10 (dez) dias corridos, não haja declaração de ciência expressa.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pregaosms@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Abílio Chacon, 346, Bairro JK – Pavimento Superior da Secretaria Municipal de Saúde, Currais Novos/RN – CEP: 59.380-000.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.



22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão lavrar-se Ata com todas as ocorrências da sessão.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, através do e-mail pregaosms@gmail.com e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Rua Abílio Chacon, 346, Bairro JK – Pavimento Superior da Secretaria Municipal de Saúde, Currais Novos/RN – CEP: 59.380-000, nos dias úteis, no horário das 07h00min horas às 13h00min horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preço;

ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato Administrativo.

Currais Novos/RN, 02 de março de 2022.

Francisco Fernandes Dias de Medeiros
Pregoeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 819//2022

1. OBJETO

1.1. Registro de preço para a futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento eletrônico, controle e aquisição de combustíveis (gasolina, diesel comum e diesel S10).

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A Contratação decorre da necessidade de implementar, no âmbito da Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN, os serviços descritos no objeto deste presente termo, uma vez que a Prefeitura não possui estrutura própria para o fornecimento do serviço.

2.2. Espera-se, com a contratação, que o Setor de Transportes da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos, responsável pelo abastecimento, tenha plenas condições de efetuar o abastecimento da frota de veículos e máquinas da pertencentes a Prefeitura de Currais Novos/RN.

2.3. A Contratação se justifica, além da ausência de estrutura própria, como postos de abastecimento, pessoal qualificado para tratar com combustíveis, entre outros, pela facilidade de abastecimentos em viagens de longa distâncias (Secretaria de Saúde por exemplo), pelo controle que o sistema proporciona, além do auxílio na gestão de gastos, através dos diversos relatórios disponibilizados.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. DO SISTEMA

3.1.1. O Método/sistema a ser contratado deverá, necessariamente, individualizar o usuário que realizou o abastecimento e/ou manutenção mediante uso de cartão magnético com senha individual, de forma a garantir a segurança nas operações, indicando o produto e/ou serviço utilizado, a quantidade a data, local e quilometragem do veículo.

3.1.2. O Método/sistema a ser contratado deverá emitir relatórios gerenciais e operacionais informatizados, para cada veículo ou base operacional, contendo: identificação, tipo de combustível, quantidade de quilômetros por litro de combustível, quantidade de litros de cada abastecimento, local, hora, data e condutor do veículo em cada abastecimento, podendo esses relatórios serem históricos, ou seja, de períodos passados específicos, informados pela CONTRATANTE, de anomalias encontradas em critérios estabelecidos, como elevado consumo de combustível por veículo, entre outros.

3.1.3. O método/sistema a ser contratado deverá possuir, para cadastro, no mínimo, os seguintes dados:

a. Identificação do veículo: **marca, modelo, ano de fabricação, número do chassi, placa, tipo de combustível**, capacidade do tanque, autonomia de rodagem km/litro e quantidade de km por litro.

b. **Identificação do motorista:** Nome, matrícula, sexo, data de nascimento, status, CPF, RG, telefone, cargo, nº CNH, vencimento CNH, categoria da CNH, base operacional que poderá ser locado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

3.1.4. Os relatórios compreendendo um determinado período de tempo serão eventualmente requeridos, na medida das necessidades da CONTRATANTE, e deverão ser expedidos de forma online no formato PDF, devendo ser individualizados, prioritariamente por:

- Veículo, contendo produtos consumidos, totalizados em litros e em reais; km rodados e média de km por litro consumido;
- Base operacional, contendo km total e média de km por litro consumido de cada veículo;
- Veículos, por base operacional, sem movimentação nos últimos 3 meses;
- Veículos, por base operacional, com limite financeiro disponível e saldo on-line;
- Motoristas que não utilizaram senha de abastecimento nos últimos 3 meses;
- Veículos com indicação de base operacional que possuam cartão e seu status (bloqueado, ativo ou cancelado);
- Veículos, para cada base operacional, que contenha a data do último abastecimento;
- Usuário, ativos ou cancelados (desativados);
- Credenciados, contendo CNPJ, endereço e telefone;
- Produtos consumidos, com odômetros do momento do abastecimento, do serviço, contendo local, valor unitário, valor total por veículo;
- Volume total de produtos consumidos, com valor total;
- Relatório do último abastecimento realizado em todos os credenciados do Estado do RN, com indicação da data, produto utilizado e valor.

OBS: entende-se por base operacional a subdivisão de veículos da frota, dividido previamente pelo gestor da frota, dentro de um critério específico, como Secretaria de lotação, unidade gestora ou responsável, entre outras.

3.1.5. As alimentações de dados ao sistema, efetuadas nos pontos de prestação de serviço, deverão ser realizadas simultaneamente à realização do serviço, ou seja, quando um veículo for abastecido, o operador do local deverá, em tempo real, repassar as informações relativas ao serviço para o sistema.

3.1.6. O Sistema/método proposto deverá possuir rotina de recepção de informações, com troca eletrônica de dados de forma segura, da CONTRATANTE, referente aos cadastros de veículos, motoristas, base operacional e serviços. Essas informações deverão ser recebidas, a qualquer tempo, pela CONTRATADA, à medida que forem transmitidas pelo CONTRATANTE.

3.1.7. O Sistema deverá permitir a criação on-line de cartão habilitado para fazer abastecimento de imediato (após sua criação), seja pelo sistema do credenciado, via telefone ou outro meio, de forma segura;

3.1.8. Quando o sistema estiver off-line (não disponível), o abastecimento deverá ser feito via telefone, cabendo a CONTRATADA dar total ciência deste procedimento aos postos credenciados;

3.1.9. O Sistema deverá possuir rotina para alocar um cartão temporário para determinado veículo, estes cartões deverão ser postos à disposição da CONTRATANTE, na medida em que forem solicitados, nos mesmos termos do item 3.1.7, sem cobrança de custos adicionais;

3.1.10. A metodologia/sistema de trabalho proposto deverá ser capaz de efetivar o bloqueio/desbloqueio/troca da senha (de que trata o item 3), em tempo real;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

3.1.11. A metodologia/sistema de controle de consumo por usuário proposto neste contrato deverá ser capaz de lançar créditos/débitos em tempo real.

3.2. DAS RESTRIÇÕES DO SISTEMA

3.2.1. A CONTRATADA deverá bloquear o abastecimento, nos seguintes casos:

- Quando o limite do cartão estiver zerado;
- Quando o abastecimento for superior à capacidade máxima do tanque do veículo abastecido
- Quando o hodômetro estiver inferior a última quilometragem informada, podendo o gestor do sistema realizar alterações, nos casos que o frentista do último abastecimento possa ter lançado a informação errada;
- Quando o preço máximo e mínimo do combustível, cadastrado pelo gestor, não for atendido;
- Quando o uso do cartão para determinado veículo for inferior a 3 horas;
- Quando a identificação do usuário do sistema de abastecimento, cartão magnético ou senha, estiver errado;
- Quando o tipo de combustível (diferenciado gasolina, diesel S500, diesel S10, se comum ou aditivado), não estiver previamente autorizado pelo gestor do contato;
- Quando o valor gasto com o abastecimento estiver fora dos limites porventura estabelecidos pelo gestor do contrato;
- Quando o condutor estiver com a CNH vencida;
- Quando o cartão for usado mais do que 2 vezes ao dia;
- Outros critérios e a pedido da CONTRATANTE.

4. QUANTIDADE ESTIMADA

4.1. Durante o período de 12 (doze) meses, estima-se a quantidade de combustíveis conforme tabela 1.

4.2. Os valores apresentados na tabela foram considerados com um acréscimo de 10% em relação ao consumo real.

4.3. Não foi previsto o volume médio de álcool, uma vez que é um produto substituto da gasolina.

4.4. O quadro abaixo foi criado levando em consideração o abastecimento ao longo do exercício financeiro de 2022.

TABELA 1

ITEM	COMBUSTÍVEIS	QUANTIDADE MÉDIA MENSAL (L)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES (R\$)
1	GASOLINA COMUM	19277,06	7,047	135.845,45	1.630.145,37
2	DIESEL COMUM	8292,06	5,806	48.143,70	577.724,35
3	DIESEL S 10	10041,77	5,97	59.949,37	719.392,40
Total (R\$):					2.927.262,12

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS**

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

- Quantidade mensal estipulando considerando o consumo de litro por combustível durante o exercício financeiro de 2021, conforme relatório emitido pelo sistema de gerenciamento de abastecimento de frota utilizado por este Município na ocasião e acrescido uma estimativa de aumento do consumo de 25% (vinte e cinco por cento) e valor unitário obtido por meio de consulta sítio eletrônico: http://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Por_Municipio_Index.asp em 10 de fevereiro de 2022.

5. VALOR ESTIMADO DE GASTOS COM OS COMBUSTÍVEIS**TABELA 2**

ITEM	QUANT	ESPECIFICAÇÕES		VALOR MÉDIO
01	01	SERVIÇO DE DISPONIBILIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO DE CONTROLE E AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, GASOLINA COMUM, DIESEL COMUM, DIESEL S-10 DE CARÁTER CONTINUADO MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DE CARTÕES MAGNÉTICOS, SISTEMA PÓS-PAGO	VALOR ESTIMADO DE CONSUMO	2.927.262,12
			TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,72%
VALOR ESTIMADO APLICADO A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO R\$: 2.948.338,41				

5.1. O serviço objeto deste Termo será remunerado na forma de taxa de administração, aplicada sobre o valor total do abastecimento de combustível efetivamente consumido pelo Contratante no período de vigência do contrato.

5.1.1. O valor para o período de 12 (doze) meses das despesas com abastecimento de combustíveis (gasolina, óleo diesel comum, diesel S-10) destinados ao uso exclusivo da frota de veículos e máquinas do Município de Currais Novos, foi estimado em **R\$ 2.948.338,41 (Dois milhões, novecentos quarenta e oito mil trezentos e trinta e oito reais e quarenta e um centavos)**, de acordo com os **quantitativos previstos no subitem 4.4 (tabela 1)** e refere-se exclusivamente ao consumo de gasolina, óleo diesel comum, e óleo diesel S-10, sem considerar o valor aplicado da taxa máxima de administração.

5.1.2. A taxa de administração máxima prevista será obtida por meio de pesquisa mercadológica realizado pelo setor competente.

5.1.3. O valor global estimado referente às despesas desta licitação referente ao total de combustível sem aplicação da taxa máxima de administração será de R\$ 2.927.262,12 (Dois milhões, novecentos e vinte e sete mil, duzentos e sessenta e dois reais e doze centavos), de acordo com quantitativos previstos no subitem 4.4 (tabela 1).

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes desta Licitação correrão por conta dos recursos Orçamentários Aprovados para o Município de Currais Novos/RN.

7. MÉTODO DE SELEÇÃO DA PROPOSTA



7.1. A Secretaria Municipal de Administração sugere que seja utilizado o procedimento licitatório na modalidade Pregão avaliação das propostas com critério de menor preço global.

7.2. Para efeito de caracterização de melhor preço, será considerada a proposta com a menor taxa percentual de administração para prestação de serviços de que trata este Termo de Referência.

8. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

8.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar o combustível por intermédio de postos de abastecimento conveniados com a mesma, cujo sistema de gerenciamento esteja devidamente parametrizado, operado através de estrutura organizada própria e dotada de sistema de segurança por meio da web contra desvios, falsificações e/ou fraudes e que sejam detentores de selo de qualidade do INMETRO;

8.2. A CONTRATADA deverá promover treinamento e capacitação para os servidores indicados pela CONTRATANTE (gestores e condutores envolvidos na utilização do Sistema), sem ônus, na sede desta, capacitando-os a operacionalizar o Sistema de Gerenciamento, controle e atendimento à frota, de maneira a se obter maior eficiência e eficácia na utilização do mesmo, abordando os seguintes aspectos, dentre outros:

8.2.1. Introdução ao Sistema (conceitos, utilização, viabilidade e arquitetura);

8.2.2. Planejamento de uso: requisitos de ambiente para treinamento dos condutores e usuários;

8.2.3. Operação/utilização do Sistema – comandos, emissão de relatórios gerenciais, cadastramento, inclusões, exclusões, criação de senha, consulta máster através do sistema pela própria CONTRATANTE sem intermédio da CONTRATADA, entre outros;

8.2.4. Disponibilização e configuração do produto;

8.2.5. Aplicação de políticas de monitoramento e gerenciamento;

8.2.6. Utilização de ferramentas de apoio, tais como: relatórios gerenciais, consultas de anomalias no momento da ocorrência, outras;

8.3. A CONTRATADA deverá oferecer, sem ônus para a CONTRATANTE, programa de capacitação de pessoal para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do sistema, incluindo:

a) Operações de Cadastramento, parametrização dos Cartões e limite de Crédito.

b) Detalhamento dos procedimentos para utilização do Software de Gestão e Emissão de Relatórios.

c) Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las.

d) Aplicação prática do Sistema.

9. DO SISTEMA OPERACIONAL E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

9.1. A CONTRATADA disponibilizará para o Setor de Gestão do Contrato a base de dados descentralizada e automática para *backup* recuperação e processamento de informações relativas às operações realizadas, de maneira a se proceder continuamente o gerenciamento e controle dos abastecimentos de toda a frota de veículos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

9.1.1. A CONTRATADA disponibilizará para a CONTRATANTE a base de dados descentralizada e automática para recuperação e processamento de informações relativas às operações realizadas por cada um dos veículos, de maneira a se proceder continuamente o gerenciamento e controle dos abastecimentos da CONTRATANTE.

9.2. O sistema de gerenciamento eletrônico deverá ser fornecido com interface que permita total compatibilidade com os sistemas operacionais da CONTRATANTE para permitir o acesso a informações e a importação de dados;

9.3. O Sistema deverá oferecer opções de operação de abastecimento manual em caso de pane na rede elétrica do posto e/ou defeito na máquina ou do cartão do veículo, devendo ainda oferecer à CONTRATANTE as mesmas informações disponibilizadas no abastecimento eletrônico;

9.3.1. O sistema deverá oferecer à CONTRATANTE a inclusão de informações do abastecimento em postos fora da rede conveniada, nas mesmas condições do abastecimento eletrônico, para que não haja perda do histórico de análise da frota, as quais não deverão estar incluídas na fatura, visto que o pagamento do mesmo terá sido realizado à vista.

9.4. Garantia da manutenção permanente do sistema, de modo a não incorrer em descontinuidade dos serviços;

9.5. A CONTRATADA deverá implantar o Sistema em sua totalidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato;

9.6. O processo de implantação do Sistema pela CONTRATADA compreende as seguintes atividades:

9.6.1. Cadastramento da frota - veículos, ônibus, caminhões e máquinas;

9.6.2. Definição da logística da rede de postos integrantes da rede credenciada de abastecimento;

9.6.3. Preparação e distribuição das senhas de acesso;

9.6.4. Treinamento dos condutores e gestores;

9.6.5. Fornecimento dos cartões para os veículos, caminhões de reabastecimento e motores estacionários (geradores);

9.6.6. Cadastro e distribuição de senhas para os condutores.

9.7. O sistema deverá permitir dentre os parâmetros de abastecimento a determinação de dias, faixa de horários, intervalo de tempo e quilometragem para abastecimento;

9.7.1. Deverá ainda bloquear, automaticamente, um segundo abastecimento de um mesmo veículo quando o intervalo do primeiro para o segundo abastecimento for inferior a 03 horas;

9.8. O sistema deverá permitir a emissão de relatórios e gráficos por veículo.

9.9. O sistema deverá permitir a revisão de regras específicas;

9.10. A CONTRATANTE deverá ter autonomia para criação online de senhas para seus usuários, bem como ter a visualização online das autorizações/autonomias, sem a necessidade de comunicação com a CONTRATADA;



9.11. O sistema deverá estabelecer os níveis de permissão (consulta e administração) de acesso ao software via WEB, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial às informações de sua frota, de acordo com as suas respectivas responsabilidades;

9.12. Deverá ser permitido ao gestor do contrato o acesso irrestrito ao sistema via WEB e às funcionalidades do cartão, podendo incluir, modificar ou excluir dados referentes aos veículos, condutores, hodômetro e horímetro;

9.13. O sistema da CONTRATADA deverá permitir a negociação de preços dos combustíveis diretamente entre a CONTRATANTE e a rede credenciada, via WEB e em tempo real;

9.14. O sistema deverá permitir ao usuário identificar o preço à vista praticado pelos postos de abastecimento de combustível, possibilitando dessa forma que o gestor do contrato opte pelo posto que pratique o melhor valor;

9.15. O sistema deverá enviar ON LINE os dados dos abastecimentos com os respectivos números de documentos fiscais (cupom/ nota fiscal).

10. DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

10.1. O serviço será prestado na rede de postos de abastecimento conveniados à CONTRATADA, nos exatos termos da contratação levada a efeito, sem qualquer despesa adicional, por funcionário do posto, diretamente e exclusivamente da bomba de combustível para o tanque dos veículos autorizados, através de cartão onde constem informações dos veículos;

10.2. O sistema deverá emitir comprovante da transação para todo e qualquer atendimento, sendo 01 (uma) via destinada ao condutor do veículo, contendo as informações a seguir:

10.2.1. Identificação do posto de abastecimento (nome, CPNJ, endereço, município, UF);

10.2.2. Identificação do veículo

10.2.3. Marcação do Hodômetro ou outro instrumento medidor, no momento do abastecimento/atendimento;

10.2.4. Tipo de Combustível;

10.2.5. Quantidade de litros;

10.2.6. Local, data e hora da transação;

10.2.7. Valor unitário e total da operação;

10.2.8. Saldo do cartão (crédito existente para aquele cartão);

10.2.9. Identificação do condutor quem executou o abastecimento (nome);

10.2.10. Campo para assinatura;

10.3. O fornecimento será efetuado pelos postos integrantes da rede de abastecimento, conveniados com a CONTRATADA, não se admitindo recusa sem a devida justificativa plausível;

10.4. O atendimento deverá garantir que:

10.4.1. Os veículos, cadastrados sejam abastecidos somente com o combustível para o qual estejam autorizados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

10.4.2. Não deverão ser atendidos veículos que não estejam cadastrados na frota da CONTRATANTE.

10.5. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico através de Serviço de Atendimento ao Cliente, por telefone ou internet, devendo ter uma central de atendimento que permita ao contratante o acesso através de ligação local, com atendimento 24 horas todos os dias do ano, não sendo aceito sistema de atendimento eletrônico, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

10.6. Disponibilizar também, realização de serviço de manutenção e assistência técnica por meio de consultoria especializada, inclusive das máquinas instaladas nos postos conveniados, com opção de atendimento presencial quando houver necessidades e atendimento diferenciado para solução imediata de eventuais problemas no sistema;

10.7. A CONTRATADA deverá, ainda:

10.7.1. Dar suporte técnico para a utilização do Sistema de Gerenciamento, sem custos para a CONTRATANTE, com atendimento em até 12 horas após a chamada;

10.7.2. Fornecer manual de utilização do sistema de gerenciamento e de consolidação de dados em língua portuguesa.

11. DOS CARTÕES

11.1. Os cartões deverão conter a identificação da CONTRATANTE;

11.2. Os cartões dos veículos deverão ser individuais e viabilizar o gerenciamento de informações da frota, no quantitativo suficiente ao atendimento da demanda da CONTRATANTE, os quais poderão ser alterados a critério da administração (suprimidos ou acrescidos), sem ônus adicional;

11.3. A CONTRATADA deverá observar os valores pré-definidos para os cartões e autorizados pela CONTRATANTE para cada veículo, não podendo qualquer atendimento ultrapassar os valores autorizados, não sendo a CONTRATANTE responsável pelo pagamento dos valores excedidos ao limite autorizado;

11.4. A CONTRATADA deverá substituir os cartões que tenham perdido a validade ou que apresentarem defeitos que impeçam a sua utilização ou, ainda, que tenham sido extraviados em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis após a solicitação, por escrito, da CONTRATANTE;

11.5. A empresa CONTRATADA deverá providenciar o cancelamento/bloqueio imediato dos cartões que forem extraviados/furtados, tão logo receba comunicação oficial da CONTRATANTE;

11.5.1. A CONTRATANTE não se responsabilizará pelos gastos efetuados pelos cartões extraviados/furtados após a data da comunicação à CONTRATADA;

11.6. Deverão ser observados os seguintes locais e prazos para a entrega de cartões:

11.6.1. A Primeira emissão dos cartões: deverão ser entregues a um Responsável a ser indicado pela CONTRATANTE, com o devido prévio agendamento, em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da implantação do Sistema em sua totalidade;

11.6.2. Validade do cartão: mínimo de 01 (um) ano, a contar da data de emissão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

11.7. A CONTRATADA deverá oferecer e manter um elevado padrão de qualidade e segurança no processo de confecção, impressão e gestão dos créditos dos cartões, a fim de evitar qualquer tipo de falsificação ou fraude.

12. DOS POSTOS CONVENIADOS

12.1. A CONTRATADA deverá oferecer e manter uma rede de postos de abastecimento em Currais Novos (NO MÍNIMO DOIS), e nas principais Cidades do Estado do Rio Grande do Norte (Natal, Caicó, Mossoró, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Parnamirim, Goianinha) além das capitais: João Pessoa, Recife e Fortaleza;

12.1.1. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (Quinze) dias, após a assinatura do Contrato, para apresentar a relação de postos de abastecimento e suas localidades, em conformidade descrita no item 12.1;

12.1.2. Em casos excepcionais, a CONTRATADA deverá disponibilizar postos de abastecimento conveniados em outros municípios da Federação.

12.2. Os postos da rede de abastecimento da CONTRATADA deverão fornecer ao responsável pelo abastecimento uma via do comprovante da operação de atendimento no ato do mesmo, conforme item 10.2 deste Termo de Referência;

12.3. A CONTRATADA deverá apresentar a listagem dos postos integrantes da rede de abastecimento ou disponibilizar acesso eletrônico para consulta dos mesmos, com as seguintes informações: Razão Social, Nome de Fantasia, CNPJ, endereço, telefone e horário de funcionamento;

12.3.1. Disponibilizar consulta, via site ou por qualquer outro meio, à relação atualizada de toda a rede de postos de abastecimento informando à CONTRATANTE, no prazo máximo de 03 (três) dias, qualquer acréscimo ou supressão, sendo neste último caso garantida a inserção de novo posto de abastecimento no município, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, mantendo o devido atendimento ao item 12.1;

12.4. Os postos credenciados deverão praticar preços de igual forma aos praticados aos demais consumidores, não podendo haver preços diferentes para maior.

12.5. Disponibilizar, sem ônus para a CONTRATANTE, os postos integrantes da rede de abastecimento de tecnologia que permita o abastecimento e o gerenciamento fixados neste termo de referência;

12.6. Manter nos postos de abastecimento integrantes da rede, em local bem visível, a identificação de sua adesão ao sistema objeto deste contrato.

13. DAS CONDIÇÕES E DOS PRAZOS PARA PAGAMENTO

13.1. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal referente a prestação dos serviços no 1º dia útil e entregar na Gestão de Contratos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços.

13.2. A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento mensal em até 30 (trinta) dias, contados da data da liquidação da despesa, e a nota fiscal será acompanhada obrigatoriamente dos seguintes documentos, que deverão ser encaminhados mensalmente pela CONTRATADA:



- Especificações do serviço prestado no período, desde que comprovada a execução do objeto em consonância com as condições contratuais, por meio de conferência e ateste da Unidade competente da CONTRATANTE;

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (ou positiva com efeito de negativa) perante a Justiça do trabalho, Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débito CND, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Conjunta Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) relativos aos tributos Estaduais do domicílio ou sede do Licitante e Certidão Negativa de Tributos do Município, do domicílio ou sede do licitante.

13.3. O Prazo para pagamento da nota fiscal ou documento equivalente no item 13.2 ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não apresentar toda a documentação.

13.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente em favor do fornecedor CONTRATADO.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Além daquelas determinadas nos termos contratuais, Leis, Decretos, Regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura CONTRATADA, também se incluem os dispositivos a seguir:

14.1.1. Os dados cadastrais atualizados dos veículos serão fornecidos pelo gestor do contrato.

14.1.2. A rede de postos credenciada deverá fornecer os seguintes combustíveis: gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel S-10 ;

14.1.3. Possuir condições de regularidade legal para funcionamento de acordo com o previsto nas legislações pertinentes e idoneidade tributária, trabalhista e previdenciária.

14.1.4. Possuir conexão à internet, equipamento leitor de cartões, impressor de recibos conectado em rede com a gerenciadora do sistema;

14.1.5. Manter um responsável pelos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com a CONTRATANTE;

14.1.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

14.1.7. No caso de descumprimento às normas e condições estabelecidas, após as devidas notificações e ampla defesa, a CONTRATANTE não mais utilizará os serviços prestados pela rede de postos credenciados da CONTRATADA e comunicará à mesma os fatos que motivaram tal decisão.

14.1.8. Dentre as obrigações da empresa CONTRATADA, se incluem as seguintes cláusulas e condições:

14.1.8.1. Proporcionar o contínuo abastecimento dos veículos e máquinas, informados pela Contratante,

14.1.8.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios mensais, com as informações acumuladas a partir da contratação dos serviços, contendo, relação dos veículos cadastrados com o histórico das operações realizadas pela frota, contendo:

I. Data;



- II. Hora;
- III. Identificação do estabelecimento;
- IV. Identificação do condutor;
- V. Identificação do veículo (placa);
- VI. Hodômetro/Horímetro do veículo/equipamento automotivo no momento do abastecimento; VII. Combustível adquirido;
- VII. Quantidade em litros adquiridos;
- VIII. Valor total da operação em R\$ (reais);
 - a) Quilometragem percorrida por veículo;
 - b) Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
 - c) Preço médio pago por tipos de combustível consumidos pela frota;
 - d) Volume de gastos realizados por tipos de combustível;
 - e) Indicação dos veículos que apresentarem distorções em termos de quilometragem e consumo de combustíveis;

14.1.9. Credenciar postos de combustíveis para abastecimento, sempre que houver interesse da Prefeitura de Currais Novos/RN, nas localidades e percursos previstos pelo Município.

14.1.10. Garantir que não possam ser abastecidos veículos que não estejam cadastrados na frota do CONTRATANTE.

14.1.11. Garantir que os veículos cadastrados só sejam abastecidos com os combustíveis para os quais estiverem autorizados.

14.1.12. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causado por seus prepostos ou em qualquer estabelecimento da rede credenciada, em idênticas hipóteses, ressalvada a hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada.

14.1.13. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

14.1.14. Usar somente material de boa qualidade para a execução dos serviços.

14.1.15. Relatar ao CONTRATANTE qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços e prestar os esclarecimentos que forem solicitados, atendendo, prontamente, às reclamações e solicitações.

14.1.16. 14.1.17 - Fornecer uma cópia do manual de utilização dos softwares de gerenciamento e de consolidação de dados, em língua portuguesa, para as unidades contratantes;

14.1.17. Adotar sistema de segurança que vincule o cartão ao veículo, ou outro sistema de gestão, de forma que impeça o abastecimento de outros veículos que não sejam autorizados pelo CONTRATANTE, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos, veículos e condutores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

14.1.18. Responder pelo uso indevido de cartão do veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela empresa CONTRATADA;

14.1.19. A CONTRATADA não deverá ser responsável pelo uso de cartão perdido, furtado ou roubado que não for bloqueado pela CONTRATANTE;

14.1.20. A CONTRATADA deverá disponibilizar cartões magnéticos individuais para identificação dos veículos e realização dos abastecimentos na rede credenciada, sem que haja nenhum ônus adicional a CONTRATANTE;

14.1.21. Os cartões eletrônicos deverão ser substituídos pelo CONTRATADO, individualmente, sem ônus adicional a CONTRATANTE, quando ocorrer o desgaste natural ou se verificar a necessidade técnica de substituição do cartão eletrônico, em caso de perda ou extravio deverá fornecer gratuitamente os cartões magnéticos.

14.1.22. Facultar à FISCALIZAÇÃO da Prefeitura de Currais Novos/RN. Pleno acesso às informações do sistema, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados, com os respectivos custos.

14.1.23. Credenciar a rede de postos, que deverão estar equipados para aceitar processos e transações de contingência para finalização da transação.

14.1.24. O sistema da CONTRATADA, no ato do abastecimento, deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:

- a) Identificação do posto (nome e endereço);
- b) Identificação do veículo (placa);
- c) Hodômetro/horímetro do veículo/equipamento automotivo no momento do abastecimento; d) Tipo de combustível;
- d) A data e hora da transação;
- e) Quantidade de litros; e
- f) Valor da operação.

14.1.26. Disponibilizar os relatórios gerenciais para consulta via WEB, atualizadas em tempo real, permitindo, inclusive, a identificação, a média de consumo de cada veículo, entre abastecimentos, assim como data e hora dos abastecimentos.

14.1.27. Fornecer assistência técnica permanente para o sistema.

14.1.28. Manter listagem eletrônica atualizada da rede de postos de serviço de abastecimento, credenciados e integrados ao sistema eletrônico de gerenciamento, informando as eventuais inclusões e exclusões.

14.1.29. Garantir que toda a rede credenciada colocada à disposição da CONTRATANTE seja formada por empresas idôneas e legalmente habilitadas ao funcionamento.

14.1.30. Implantar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, o serviço de gerenciamento do abastecimento da frota de veículos do Município de Currais Novos – RN. Envolvendo o fornecimento e operação de um sistema informatizado e de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

cartões eletrônicos para cada veículo, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, que habilitará os motoristas, condutores e gestores da frota para aquisição de combustíveis junto à rede credenciada do CONTRATADO.

14.1.31. Pagar pontualmente à rede credenciada pelos serviços realizados e pelo fornecimento do combustível, ficando claro que o CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, que é de total responsabilidade da CONTRATADA.

14.1.32. Prover suporte técnico presencial ou por telefone e acesso remoto, sem custo para o CONTRATANTE.

14.1.33. Fornecer software de gerenciamento integrado, que permita a emissão de relatórios gerenciais de controle da situação, despesas de abastecimento de combustível de cada um dos veículos da frota.

14.1.34. Responsabilizar-se, integralmente, pela entrega e execução dos serviços com as devidas garantias inclusas, não podendo repassar nenhum dos itens desta licitação a outra empresa;

14.1.35. Responsabilizar-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive para fiscais), que direta ou indiretamente incidam ou vierem a incidir a presente contratação;

14.1.36. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total na entrega dos serviços;

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

15.1. Além daquelas constantes Anexo I - Termo de Referência e aquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATANTE se obrigará:

- a) Fornecer à CONTRATADA os dados e os elementos necessários à execução do fornecimento;
- b) Efetuar regularmente o pagamento dos serviços executados;
- c) Supervisionar, fiscalizar e atestar a execução do fornecimento, objeto desta contratação;
- d) Notificar a CONTRATADA, por escrito, da eventual aplicação de multas previstas no Instrumento contratual;
- e) Fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento do objeto deste Contrato.
- f) Fornecer ao CONTRATADO, após a lavratura do contrato, o cadastro completo dos veículos contendo todos os dados necessários à execução do objeto deste certame, bem como toda e qualquer alteração referente à frota durante a vigência do contrato.
- g) Solicitar, autorizar e controlar o abastecimento de combustíveis nos veículos oficiais, mediante sistema de gerenciamento informatizado oferecido pela CONTRATADA.
- h) Conferir, receber e atestar as faturas/notas fiscais de cobrança emitidas pela CONTRATADA.
- i) Exercer plenamente a fiscalização por servidores especialmente designados e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços



contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

- j) Rejeitar em todo ou em parte os serviços em desacordo com o Contrato.
- k) A existência da fiscalização por parte da CONTRATANTE de nenhum modo diminuir ou alterar a responsabilidade da CONTRATADA, na prestação dos serviços ora assumidos.
- l) Devolver ao CONTRATADO, ao final do período de vigência do contrato, todos os materiais e equipamentos envolvidos na presente contratação, cedidos ao CONTRATANTE em regime de comodato, no estado em que se encontrarem.
- m) Receber definitivamente os serviços mediante recibo, após a devida conferência pelo gestor do contrato dos serviços prestados, se atendidos de acordo com a Solicitação e Ordem de Serviço, conforme o Anexo I – Termo de Referência.
- n) Recusar os serviços prestados em desacordo com as normas técnicas e condições estabelecidas e solicitar a sua imediata regularização, sob pena de impossibilitar a realização do pagamento.
- o) Comunicar à CONTRATADA, de imediato, qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços, objeto do Anexo I - Termo de Referência.
- p) Observar para que cada agente público responsável pelo abastecimento do veículo deva, antes de proceder ao abastecimento, verificar, na localidade em que se encontra, ou pelas quais transitará, naquela semana, quais são os postos da rede credenciada, e qual o menor preço praticado, onde deverá então abastecer o veículo.
- q) Quando os preços ofertados forem iguais o agente público deverá abastecer o veículo naquele posto da rede credenciada que estiver mais próximo da sua base, ou de onde se encontrar o veículo no momento da necessidade de abastecimento.
- r) O gestor do contrato deverá disponibilizar, além dos meios eletrônicos oferecidos pela Contratada, número telefônico para que agentes públicos possam obter informações acerca do contrato e da rede credenciada.

15.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato, inclusive prestando as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados;

15.3. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para execução dos serviços referentes ao objeto do contrato, quando se fizer necessário, desde que estejam devidamente identificados com o respectivo crachá;

15.4. Indicar à CONTRATADA novos credenciamentos para o abastecimento da frota, quando necessário;

15.5. Fornecer a relação de usuários e frota a serem cadastrados para execução contratual;

15.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor representante da Administração especialmente designado como Gestor do Contrato.

15.7. Somente serão atestados pelo Gestor do Contrato, ou servidor indicado pela CONTRATANTE, os serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA, não cabendo a esta pleitear o recebimento de serviços não prestados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

15.8. Liquidar o empenho e efetuar o devido pagamento da fatura da CONTRATADA dentro dos prazos e condições pactuados;

15.8.1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados mediante a aprovação e atesto das faturas pelo Gestor do Contrato, verificando se os preços apresentados são os mesmos praticados no mercado;

15.8.2. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado pelas demais empresas do ramo, de forma a garantir que continuem sendo os mais vantajosos para a CONTRATANTE;

16. DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

16.1. A remuneração devida à CONTRATADA pela execução dos serviços será representada pela Taxa de Administração (ou Fator de Multiplicação), a qual incidirá sobre o valor devido com os gastos de abastecimento da frota da CONTRATANTE;

16.2. No percentual da taxa de administração deverão estar incluídos todos os tributos, tarifas e despesas incidentes sobre os serviços a serem executados;

16.3. O valor da Taxa de Administração proposto será fixo e irrevogável durante o período da contratação.

16.4. O limite admitido para esta contratação da taxa de administração em percentual que incidirá sobre a fatura dos atendimentos será o percentual descrito na TABELA 2.

17. DO CONTRATO, DA VIGÊNCIA E DO GESTOR DO CONTRATO.

17.1. O Período de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial, não excedendo este prazo.

17.2. A Gestão do Contrato será de responsabilidade do Setor Competente a ser indicado pela CONTRATANTE;

17.3. O Gestor do Contrato estabelecerá aos usuários a seguinte regra: “que os veículos deverão abastecer nos postos da rede conveniada, visando obter o menor preço de bomba dos combustíveis nas cidades onde ocorrer o abastecimento”.

17.4. Os serviços deverão ser iniciados em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da implantação do Sistema em sua totalidade.

18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1. - A execução e o controle dos serviços serão acompanhados e fiscalizados por servidor da Prefeitura de Currais Novos, na condição de representante da CONTRATANTE (especialmente designado Gestor do Contrato), o qual ficará responsável pelo atesto do cumprimento do objeto firmado, assim que devidamente comprovada a realização das despesas, mediante a apresentação da primeira via da Nota Fiscal/Fatura;

18.2. O Gestor do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, comunicando à CONTRATADA, por escrito, e determinando o que for necessário à regularização das falhas e/ou defeitos observados, fixando prazo para sua adequação quando preciso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

18.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante/Gestor do Contrato deverão ser comunicadas e/ou solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

19.1. O ganhador do item assinará a Ata de Registro de preço com validade de 12 (doze) meses, registrando o serviço e o valor global, disponibilizando ao Município o registro para execução do serviço nesse período registrado, podendo o Município fazer uso ou não do todo ou partes dos quantitativos constantes na ATA DE REGISTRO DE PREÇO conforme sua necessidade.

20. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

20.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

20.1.1. Efetiva realização do abastecimento, sem interrupções no sistema e/ou erros por parte dos credenciados;

20.1.2. Manutenção contínua de rede credenciada mínima de postos de combustíveis;

20.2. A qualidade dos serviços prestados será medida por meio dos indicadores estabelecidos neste documento.

20.3. Quando os indicadores resultarem em valor acima de 6 pontos, além da glosa, poderá ser aplicada multa compensatória de forma proporcional à obrigação inadimplida, conforme sanção descrita neste termo de referência.

20.4. A recorrência de motivos que levaram à aplicação de glosa poderá se configurar inexecução do objeto do contrato, sujeita às sanções administrativas.

20.5. As glosas definidas em cada um dos indicadores podem ser aplicadas de forma acumulativa.

20.6. O resultado da apuração da pontuação, com o respectivo percentual de glosa, será comunicado, mensalmente, pelo fiscal do contrato, por meio de notificação formal, à CONTRATADA, que terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para contestar.

20.7. A pontuação de que trata o item anterior, refere-se unicamente aos serviços do mês de referência, sendo zerada após cada aferição e/ou glosa, de modo que não haja acúmulo de pontos de um mês para o outro.

20.8. Tabelas de Indicadores:

20.8.1. Efetiva realização do abastecimento, sem interrupções no sistema e/ou erros por parte dos credenciados:

INDICADOR	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o abastecimento sem inoccorrência de erros sejam eles por parte do sistema (off-line) ou por parte do posto credenciado, quando não se dispõe a realizar a transação por telefone ou outros meios, além de quando não têm conhecimento sobre a devida

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS**

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

	operação do sistema.
Meta a cumprir	100% dos serviços dentro das especificações do TR.
Instrumento de medição	Planilha de controle de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Verificar as datas das ocorrências dentro do intervalo mensal, efetuando o registro para apuração ao fim de cada período avaliado.
Periodicidade	Mensal
Forma de Cálculo	Somatório da pontuação obtida em cada ocorrência dentro do período definido, conforme Tabela de Pontuação de Ocorrências dispostas no item 20.9 deste Termo de Referência.
Início da Vigência	Data do início da execução dos serviços.
Faixas de glosa no pagamento	Até 2,0 (dois) pontos = 100% da Fatura, ou seja, não há glosa.
	De 2,1 à 4,0 pontos = 97% da Fatura, ou seja, glosa de 3% sobre o valor da fatura.
	De 4,1 à 6,0 pontos = 95% da Fatura, ou seja, glosa de 5% sobre o valor da fatura.
	Acima de 6,0 pontos = 90% da Fatura, ou seja, glosa de 10% sobre o valor da fatura.

20.8.2. Manutenção de rede credenciada mínima de postos de combustíveis:

INDICADOR	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a rede mínima de postos credenciados, de modo a garantir o abastecimento de todos os veículos e máquinas da CONTRATANTE.
Meta a cumprir	Postos, devidamente cadastrados e pleno funcionamento em 100% dos municípios descritos no anexo I, além daqueles porventura solicitados posteriormente.
Instrumento de medição	Planilha de controle de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Verificar as ocorrências, dentro do intervalo mensal, efetuando o registro para apuração total ao final de cada período avaliado.
Periodicidade	Mensal
Forma de Cálculo	Somatório da pontuação obtida em cada ocorrência apontada dentro do período definido, conforme Tabela de Pontuação de Ocorrências dispostas no item 20.9 deste Termo de Referência.
Início da	Data do início da execução dos serviços.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS**

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

Vigência	
Faixas de glosa no pagamento	Até 2,0 (dois) pontos = 100% da Fatura, ou seja, não há glosa.
	De 2,1 à 4,0 pontos = 97% da Fatura, ou seja, glosa de 3% sobre o valor da fatura.
	De 4,1 à 6,0 pontos = 95% da Fatura, ou seja, glosa de 5% sobre o valor da fatura.
	Acima de 6,0 pontos = 90% da Fatura, ou seja, glosa de 10% sobre o valor da fatura.

20.9. Tabela de pontuação de ocorrência:

Ocorrência	Aferição	Pontuação	Nº de Ocorrências no Período	Pontuação Total
Descumprimento da Efetiva realização do abastecimento, sem interrupções no sistema e/ou erros por parte dos credenciados.	Por ocorrência	0,5		
Descumprimento da manutenção de rede credenciada mínima de postos de combustíveis.	Por dia e por município	0,5		
TOTAL GERAL				

21. DAS SANÇÕES

21.1. Aplicam-se as seguintes sanções administrativas nos casos de inadimplemento das obrigações contratuais, garantida a prévia defesa:

I – Advertência;

II – Multa nas seguintes condições:

INADIMPLEMENTO CONDUTAS	SANÇÕES	INCIDÊNCIA
Deixar de cumprir o item 12.4	Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato, limitado à 30% (trinta por cento) do valor do contrato.	Por ocorrência

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da Ordem de Serviço, no caso de atraso injustificado para entrega do produto, limitada a incidência de 30 (trinta) dias;

b) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

c) 30% (trinta por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por período não superior a 2 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. A qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 21.1 – III.

V – Impedimento de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

21.2. O atraso na entrega de produto/serviço superior a 30 (trinta) dias corridos, caracteriza inexecução parcial ou total, conforme o caso.

21.3. As sanções previstas no item 21.1 – I, III, IV e V poderão ser aplicadas conjuntamente a do item 21.1 – II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo.

21.4. Nos casos em que a entrega do produto ocorrer de forma fracionada, a multa prevista no item 21.1 – II alínea “a” incidirá apenas sobre a parcela que estiver em atraso.

21.5. A multa aplicada após regular processo administrativo, será cobrada administrativamente, deduzindo-se do valor da nota fiscal/fatura e não sendo suficiente, será intimado o particular contratado para que efetue o pagamento mediante depósito em conta informada pela CONTRATANTE, ou ainda quando for o caso cobrado judicialmente.

21.6. Na contagem dos prazos para defesa prévia, recurso e pedido de reconsideração, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

21.7. Os prazos deverão se iniciar e vencer em dias de expediente da Administração CONTRATANTE.

Currais Novos – RN, 11 de fevereiro de 2022.

Jonathas Brandão Mamede Galvão
Secretário Municipal de Administração
Matricula – 32638-3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS**

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

ANEXO "A"

Nº	MARCA	MODELO	PLACA	COMBUSTÍVEL
1	CASE	845	CAT-0000	DIESEL, DIESEL S10
2	STIHL	SR420	FUM-0000	GASOLINA
3	VOLKSWAGEN	KOMBI	JKH-9781	GASOLINA
4	VOLKSWAGEN	KOMBI	JSM-4055	GASOLINA
5	CATERPILLAR	RG-140B	MTV-0000	DIESEL, DIESEL S10
6	HONDA	CG125 FAN	MXL-9077	GASOLINA
7	HONDA	CG125 FAN	MXL-9137	GASOLINA
8	HONDA	CG125 FAN	MXL-9157	GASOLINA
9	VOLKSWAGEN	GOL 1.0	MXM-7698	GASOLINA
10	CHEVROLET	KADETT IPANEMA	MXO-1695	GASOLINA
11	MERCEDES BENZ	L2013	MXO-2140	DIESEL
12	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	MXS-2426	GASOLINA
13	MERCEDES BENZ	1215 C	MXT-4459	DIESEL
14	CHEVROLET	S-10	MXU-2677	DIESEL, DIESEL S10
15	CHEVROLET	CELTA	MYG-6897	GASOLINA
16	CHEVROLET	CELTA	MYG-7097	GASOLINA
17	CHEVROLET	CELTA	MYK-0307	GASOLINA
18	MARCOPOLO	VOLARE A6	MYN-3195	DIESEL
19	FIAT	DOBLO	MYR-5447	GASOLINA
20	MARCOPOLO	VOLARE V8	MYS-1552	DIESEL, DIESEL S10
21	AGRALE	13000 TCA	MYS-4436	DIESEL, DIESEL S10
22	FIAT	PALIO HLX	MYT-7608	GASOLINA
23	MARCOPOLO	VOLARE A6	MYZ-4007	DIESEL
24	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	MZF-3567	GASOLINA
25	FIAT	DUCATO C VIDA AMB	MZL-6597	DIESEL S10
26	CHEVROLET	CELTA	NNK-3429	GASOLINA
27	MITSUBISHI	L200	NNO-0155	DIESEL, DIESEL S10
28	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	NNO-1669	GASOLINA
29	FIAT	STRADA WORKING	NNO-1769	GASOLINA
30	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	NNO-1799	GASOLINA
31	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	NNO-1829	GASOLINA
32	FIAT	FIORINO	NNO-1859	GASOLINA
33	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	NNO-1879	GASOLINA
34	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	NNO-1889	GASOLINA
35	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	NNO-1899	GASOLINA
36	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	NNO-2059	GASOLINA
37	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	NNR-1985	GASOLINA
38	VOLKSWAGEN	EURO 3 WORKER	NNS1D63	DIESEL
39	HYUNDAI	TUCSON GL 2.0	NNV-3072	GASOLINA
40	VOLKSWAGEN	15190	NNV-5211	DIESEL, DIESEL S10



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

41	FORD	FIESTA	NNV-8570	GASOLINA
42	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	NNY-0128	GASOLINA
43	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	NNY-0158	GASOLINA
44	IVECO	CITYCLASS	NOE-3890	DIESEL
45	FIAT	DOBLO MODIFICAR AB1	NOF-6658	GASOLINA
46	FIAT	PALIO FIRE ECONONY	NOF-6748	GASOLINA
47	FIAT	PALIO FIRE ECONONY	NOF-6808	GASOLINA
48	FIAT	FIORINO	NOG-3585	GASOLINA
49	VOLKSWAGEN	15190	NOH-5537	DIESEL
50	VOLKSWAGEN	15190	NOH-8038	DIESEL
51	HYUNDAI	TUCSON GL 2.0	NVM-7289	GASOLINA
52	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	OJU-0666	GASOLINA
53	VOLKSWAGEN	15190	OJV-1817	DIESEL S10
54	MARCOPOLO	VOLARE	OJX-5387	DIESEL S10, DIESEL
55	VOLKSWAGEN	NOVO-VOYAGE 1.0 CITY	OJX-5547	GASOLINA
56	FIAT	PALIO WEEKEND	OJX-9044	GASOLINA
57	VOLKSWAGEN	15190	OJZ-0897	DIESEL S10
58	VOLKSWAGEN	15190	OJZ-0898	DIESEL S10
59	VOLKSWAGEN	15190	OJZ-0899	DIESEL S10
60	VOLKSWAGEN	15190	OJZ-0908	DIESEL S10
61	MARCOPOLO	VOLARE V8L 4X4	OJZ-0917	DIESEL, DIESEL S10
62	HONDA	CG125 FAN	OWB-4287	GASOLINA
63	HONDA	CG125 FAN	OWB-4307	GASOLINA
64	HONDA	CG125 FAN	OWB-4317	GASOLINA
65	HONDA	CG125 FAN	OWB-4327	GASOLINA
66	HONDA	CG125 FAN	OWB-4337	GASOLINA
67	HONDA	CG125 FAN	OWB-4357	GASOLINA
68	FIAT	STRADA	OWC-6543	GASOLINA
69	FIAT	STRADA WORKING CD	OWC-8093	GASOLINA
70	MERCEDES BENZ	ATRON 2729 K	OWD-5108	DIESEL S10
71	CHEVROLET	SPIN 1.8L MT LTZ	OWD-6395	GASOLINA
72	INTERNACIONAL	4400P7 6X4	OWE-7680	DIESEL S10
73	LIEBHERR	L538	PAM-0000	DIESEL, DIESEL S10
74	NEW HOLLAND	PATROL	PAT-0000	DIESEL
75	IVECO	VERTIS 130V19	PUA-6288	DIESEL S10
76	VOLKSWAGEN	SAVEIRO	QGC-3815	GASOLINA
77	VOLKSWAGEN	13.190 CRM 4X4	QGC-5978	DIESEL S10
78	YAMAHA	YBR125 FACTOR	QGJ-7843	GASOLINA
79	YAMAHA	YBR125 FACTOR	QGJ-7883	GASOLINA
80	YAMAHA	YBR125 FACTOR	QGJ-7903	GASOLINA
81	YAMAHA	YBR125 FACTOR	QGJ-7913	GASOLINA
82	YAMAHA	YBR125 FACTOR	QGM-8733	GASOLINA

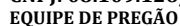
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS**

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

83	YAMAHA	YBR125 FACTOR	QGM-8743	GASOLINA
84	RENAULT	CLIO EXP1016VH	QGN-8273	GASOLINA
85	RENAULT	CLIO EXP1016VH	QGN-8323	GASOLINA
86	FIAT	DUCATO C VIDA AMB	QGN-9926	DIESEL S10
87	RENAULT	CLIO EXP1016VH	QGO-1163	GASOLINA
88	RENAULT	CLIO EXP1016VH	QGO-1183	GASOLINA
89	MERCEDES BENZ	1215 C	QQQ-3287	DIESEL S10
90	FIAT	FIORINO	QQQ-3487	GASOLINA
91	VOLKSWAGEN	FOX	QQQ5D05	GASOLINA
92	VOLKSWAGEN	FOX	QQQ5D65	GASOLINA
93	VOLKSWAGEN	FOX	QQQ5D95	GASOLINA
94	FIAT	MOBI LIKE	QQQ9J45	GASOLINA
95	FIAT	MOBI LIKE	QQQ9J55	GASOLINA
96	IVECO	DAILY MARIMAR AMB	QGS-6780	DIESEL S10
97	FIAT	MOBI LIKE	QGS-8033	GASOLINA
98	FIAT	MOBI LIKE	QGS-8043	GASOLINA
99	CHEVROLET	SPIN 1.8L MT LTZ	QGT4G35	GASOLINA
100	VOLKSWAGEN	FOX	QGU2C95	GASOLINA
101	CHEVROLET	SPIN 1.8L MT LTZ	QGU2D35	GASOLINA
102	NEW HOLLAND	LB90	RET-0000	DIESEL
103	VOLKSWAGEN	FOX	RGE6F25	GASOLINA
104	TOYOTA	ETIOS	RGF2D37	GASOLINA
105	VOLKSWAGEN	NEOBUS THUNDER	RGF9J72	DIESEL S10
106	IVECO	10-190E	RGG9F56	DIESEL S10, DIESEL
107	IVECO	10-190E	RGG9F59	DIESEL, DIESEL S10
108	MARCOPOLO	VOLARE	RGH3D10	DIESEL S10
109	PEUGEOT	PARTNER	RGL8A75	GASOLINA
110	PEUGEOT	PARTNER	RGL8A85	GASOLINA
111	STIHL	ROCADEIRA	ROC-0000	GASOLINA
112	NEW HOLLAND	TL95	TRA-0000	DIESEL, DIESEL S10
113	VALTRA	A850 G11 4X4	VAL-0001	DIESEL, DIESEL S10
114	VALTRA	A850 G11 4X4	VAL-0002	DIESEL
115	XCMG	RETRO	XCM-0000	DIESEL S10, DIESEL



Edital do Pregão Eletrônico nº 012/2022
 Processo Administrativo Nº 891/2022



4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, ao máximo cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao (s) fornecedor (es).

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o (s) fornecedor (es) para negociar (em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

PC: DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, Centro, Currais Novos/RN CEP: 59380-000

CNPJ: 08.109.126/0001-00

EQUIPE DE PREGÃO

6.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.4.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.6.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão (s) participante (s).

6.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6.1, 6.6.2 e 6.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.8.1. Por razão de interesse público; ou

6.8.2. A pedido do fornecedor.

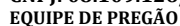
7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS



47

ANEXO III

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º
PREGÃO ELETRÔNICO N.º**

Pelo presente Contrato Administrativo reuniram-se de um lado o Município de Currais Novos/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 08.109.126/0001-00, com sede na Praça Des. Tomas Salustino, 90 - Centro – Currais Novos/RN, aqui representada pelo seu Prefeito Municipal, o Senhor Odon Oliveira de Souza Júnior, brasileiro, casado e gestor municipal, residente e domiciliado na cidade de Currais Novos/RN, neste ato denominado de CONTRATANTE, e do outro lado a Empresa: XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXX, endereço: XXXXXXXXXXXX, bairro XXXXXX, XXXXX, CEP: XXXXX, neste ato representado pelo Senhor (a) XXXXXXXXXXXX, CPF: XXXXXXXX, RG: XXXX – XXXXX, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e contratado o integral cumprimento das cláusulas e condições a:

CLÁUSULA PRIMEIRA – VINCULAÇÃO AO EDITAL

1.1 - O presente **Contrato** vincula-se às determinações das Leis 10.520/2002, 8.666/93, LC 123/2006 e 147/2014, as exigências e condições gerais do Edital da Licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/20XX – PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN, e a proposta elaborada pela CONTRATADA, passando tais documentos, a fazerem parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento eletrônico, controle e aquisição de combustíveis (gasolina, diesel comum e diesel S10).

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO E ITEM

3.1 - O presente CONTRATO XXX/20XX tem como valor total a importância de **R\$ XXXXX (XXXXXX)**.

ITEM	QUANT	UNID	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXX	XXXXX	XXXXXX
VALOR TOTAL			XXXXXXXXXX	

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional por meio de ordem bancária e crédito em conta corrente, seguindo o disposto na resolução 032/2016 do TCE/RN e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 - O preço proposto é fixo e irrevogável até o fim da vigência do contrato, salvo em caso de procedimento de reavaliação devidamente instituído conforme os princípios legais que norteiam esta matéria.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

6.1 - O presente CONTRATO vigorará até a data de XXX de XXXXXXXX de XXXXX a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DA ENTREGA

7.1 - O objeto contratado será entregue na forma solicitada no termo de referência, pela Secretaria solicitante, mediante apresentação de Ordem de serviços expedida pela Autoridade Competente.

7.2 - Os prazos estão expressos no Termo de Referência (Anexo I).

7.3 - Cumpridas as formalidades, a Autoridade Competente atestará as Notas Fiscais através de posição de carimbo com assinatura e as encaminhará à Tesouraria da Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN para pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

8.1 - As sanções contratuais serão: advertência; multa; suspensão temporária para participação em licitação e impedimento de contratar e declaração de inidoneidade, observando-se:

8.1.1 - Advertência, nos seguintes casos:

- a. Atraso injustificado na entrega do produto;
- b. Descumprir com os acordos estabelecidos de acordo com os parâmetros do termo de referência (Anexo I) do edital do pregão eletrônico nº xxxx/xxxxx.

8.1.2 - Multa:

- a. Atraso injustificado nas assinaturas Contrato (assinatura no Contrato deverá ser realizada em até 5 dias úteis após o recebimento pela contratada) e/ou retirada da nota de empenho;
- b. Recusa injustificada na assinatura o Termo Contratual, tendo sido convocado dentro do prazo legal;
- c. Descumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo Contratual;

8.1.3 - Não efetuar a prestação dos serviços;

- a. Ser punido com duas advertências sobre a mesma reclamação.
- b. Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal por prazo, não superior a 02 (dois) anos, que será fixado pelo Ordenador de Despesa, na hipótese de:

8.2 - Retardamento da execução do certame, por conduta reprovável da licitação, registrado em ata;

8.3 Não manter a proposta após a adjudicação;

8.4 Cometer fraude fiscal comprovada durante ou após a realização do certame;

8.5 Cometer fraude na execução do Contrato Oriundo do Contrato;

8.6 Atrasar ou não entregar dentro do prazo e nas condições estabelecidas neste Termo Contratual.

8.7 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública:

8.8 Apresentação de documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame:

8.9 Atrasar ou não entregar, dentro do prazo e nas condições estabelecidas neste Termo Contratual.

8.10 A aplicação das penalidades admite os recursos estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações;

8.11 As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações;

8.12 Poderá a CONTRATANTE convocar as demais licitantes na ordem de classificação para, caso os concorrentes aceitem as mesmas condições da empresa CONTRATADA, executar o objeto do Contrato.

CLÁUSULA NONA – FONTE DE RECURSO

9.1 - Os recursos financeiros para o atendimento ao objeto da licitação correrão por conta das dotações do orçamento vigente, qual seja:

Unidade Orçamentária: >>>.>>> – >>>>>>>

Ação: >>> – >>>>>>>>>>>>>>>

Função: >> – >>>>>>.

Sub-Função: >>> – >>>>>>>>.

Programa: >>> - >>>>>>>>>>>>>

Natureza: >>>>> – >>>>>>>>>>>>>>>

Fonte de Recursos: >>>> – >>>>>>>>>>>>>>>

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES RESPONSABILIDADES

10.1 - Dos encargos da CONTRATANTE:

10.1.1 - permitir o acesso dos funcionários da CONTRATANTE nas dependências do CONTRATANTE, para a entrega das notas fiscais/faturas e outros documentos;

10.1.2 – prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos produtos que venha a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.1.3 - impedir que terceiros executem objeto desse Termo Contratual;

10.1.4 - efetuar os pagamentos devidos pela compra/execução do serviço/produto, desde que cumprida todas as exigências cabíveis;

10.1.5 - comunicar, oficialmente, à CONTRATADA qualquer falha ocorrida;

10.1.6 - expedir as ordens de serviços e encaminhar a CONTRATADA em tempo hábil ao seu perfeito atendimento.

10.1.7 - fiscalizar a execução e aplicar as penalidades estabelecidas nesse Termo Contratual.

10.2 - Dos Encargos da CONTRATADA:

10.2.1 – Entregar o item constante no anexo I na forma e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, neste Termo Contratual observada sua proposta;

10.2.2 - Manter, durante toda a validade do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida neste Termo Contratual e como também obrigações expressas no anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - Durante a vigência do Contrato, sua execução será acompanhada e fiscalizada por Servidores designados pela CONTRATANTE.

11.2 - O representante anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas;

11.3 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a Secretaria solicitante, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

11.4 - Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento, diretamente ou preposto designado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO DO CONTRATO

12.1 - A rescisão poderá ser:

12.1.1 - determinada por ato unilateral e escrita da Administração;

12.1.2 - amigável por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para esta Administração Pública;

12.1.3 - judicial nos termos da Legislação

12.1.4 - À CONTRATANTE se reserva o direito de a qualquer momento, por interesse público e de acordo com o capítulo VIII do Decreto Federal nº 7.892/2013 rescindir, através de Decreto do Executivo, o presente registro de preço, sem que a ele caiba qualquer tipo de indenização, salvo pagamento dos itens, comprovadamente fornecidos, mediante simples notificação extra judicial à CONTRATADA, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

12.2 - Constituem motivos para rescisão de CONTRATO:

12.2.1 - O não cumprimento das cláusulas e especificações;

12.2.2 - O cumprimento irregular de cláusulas e especificações;

12.2.3 - A lentidão de seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da entrega do objeto contratado.

12.2.4 - A paralisação injustificada do fornecimento;

12.2.5 - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

12.2.6 - O cometimento reiterando de faltas na sua execução;

12.2.7 - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da licitante;

CLÁUSULA DÉCIMA TREZE - DAS COMUNICAÇÕES OFICIAIS

13.1 - Neste ato as partes fornecem endereço eletrônicos válidos para a realização das comunicações oficiais:

CONTRATANTE: pregaosms@gmail.com

CONTRATADA: XXXXXXXXX@XXXX.com.br

13.2 - Todas as comunicações oficiais oriundas deste Contrato serão realizadas por meio do endereço eletrônico fornecido acima e pela Imprensa Oficial.

13.3 - Considerar-se-ão realizadas as notificações feitas no endereço eletrônico sempre que no prazo de 10 (dez) dias não haja declaração de ciência expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - Para quaisquer ações decorrente do presente Termo Contratual fica eleito o Foro da Comarca de Currais Novos/RN, com exclusão de outro qualquer por mais privilegiado que seja.

14.2 - E, por se acharem justos e acordados, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam o presente CONTRATO em 03(três) vias de igual teor e forma para um só efeito jurídico na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Currais Novos/RN, xx de xxxxxxxxxxx de xxxx.

Odon Oliveira de Souza Júnior
Prefeito de Currais Novos/RN
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxx
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF: